

As eleições legislativas de 1922 no Alentejo

The 1922 legislative elections in the Alentejo

MANUEL BAIÔA¹

Universidade de Évora, CIDEHUS

manuelbaioa@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3176-5690>

Texto recebido em / Text submitted on: 09/01/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 23/08/2021

Resumo. O presente estudo incide sobre as eleições legislativas de 1922 ocorridas nos seis círculos eleitorais do Alentejo. Aborda os tópicos referentes à contextualização política, à escolha dos candidatos a deputados, a campanha eleitoral, o clientelismo, os acordos e as fraudes eleitorais. Apresenta ainda uma revisão dos resultados eleitorais do Alentejo, demarcando-se dos números seguidos pela historiografia portuguesa.

Palavras-chave. Eleições, clientelismo, I República, Alentejo.

Abstract. This study focuses on the 1922 legislative elections that took place in the six electoral districts of the Alentejo (Portugal). It addresses topics related to political contextualization, the choice of candidates for deputies, the electoral campaign, clientelism, electoral fraud and agreements. It also presents a review of the electoral results of the Alentejo, moving away from the numbers followed by Portuguese historiography.

Keywords. Elections, clientelism, 1st Republic, Alentejo.

Introdução

O presente artigo incide sobre as eleições legislativas para a Câmara dos Deputados ocorridas em 1922 nos seis círculos do Alentejo (Portalegre, Elvas, Estremoz, Évora, Beja e Aljustrel). Abordamos a contextualização política; o processo que levava à escolha dos candidatos a deputados; a campanha eleitoral, com os comícios, o percurso dos candidatos pelas vilas e cidades; os manifestos e as polémicas na imprensa; o clientelismo e o caciquismo político; os acordos, as fraudes e as irregularidades ocorridas nos atos eleitorais; e finalmente a análise dos resultados eleitorais, comparando os resultados nacionais com os do Alentejo. Como complemento, em anexo, apresentam-se os quadros com os resultados eleitorais. Não iremos abordar o tópico referente à legislação eleitoral, que já tem sido amplamente explorado pela historiografia portuguesa (ALMEIDA 1998, 2014; LOPES 2011; PEREIRA 2014).

¹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/00057/2020.

Os estudos sobre as eleições legislativas da I República de Oliveira Marques (1978: 589-644; 1980: 126-128) foram pioneiros e os resultados finais apurados para cada uma das eleições continuam a ser usados por toda a historiografia portuguesa (LOPES 1994: 32-33; 2013). Contudo, conhecem-se várias imprecisões (SILVA 2006 II: 177; QUEIROZ 2010: 63-94; BAIÔA 2015: 309), fruto da dificuldade em identificar a orientação política de alguns deputados, e por esses resultados terem sido obtidos principalmente com recurso a fontes da imprensa, que não incorporaram alterações ocorridas nas assembleias de apuramento e nas comissões de verificação de poderes. Ainda assim, continuamos a usar neste estudo os resultados nacionais das eleições legislativas de 1922 propostos por Oliveira Marques (1980: 128), pois para estas eleições ainda não foi apresentada uma revisão dos mesmos, como já ocorreu para as eleições de 1918 e 1925 (SILVA 2006 II: 177; QUEIROZ 2010: 63-94; BAIÔA 2015: 309). Existe um estudo recente sobre as eleições legislativas de 1922 (VIEIRA 2019), mas tem várias omissões e erros. Os mais graves resultam de ter ignorado as decisões das comissões de verificação de poderes, pelo que não pode servir de referência.

As eleições legislativas da I República não têm sido objeto de muitos estudos de carácter regional e local (SERRA 1987; MENEZES 1992; QUEIRÓS 2003; CRUZ 2007; SEQUEIRA 2014; QUEIROZ, 2015). Contudo, estas investigações são fundamentais para conhecer o processo político e os candidatos num contexto específico e singular. Para o Alentejo existem alguns trabalhos que abordam fugazmente esta temática (SILVA 1996; BAIÔA 1997, 2000; ALMEIDA 1997; FAUSTINO 1997; PIÇARRA 2010; PIÇARRA; PINTO 2010; BERNARDO 2013) onde se destacam os roteiros republicanos dedicados a Portalegre (VENTURA 2010), Évora (MATOS; BERNARDO; RODRIGUES 2010) e Beja (PIÇARRA; MATEUS 2010). Recentemente foram publicados dois estudos sobre as eleições legislativas de 1921 e de 1925 no Alentejo, que têm uma estrutura semelhante à abordada neste artigo (BAIÔA 2020, 2021). Todavia, não existe nenhum estudo sistemático sobre as diversas eleições legislativas ocorridas durante a I República no Alentejo.

As principais fontes arquivísticas utilizadas neste estudo foram as depositadas no Arquivo Histórico Parlamentar onde se encontra toda a documentação oficial das eleições legislativas: listagens com o recenseamento eleitoral, atas das assembleias primárias, assembleias de apuramento e comissões de verificação de poderes; protestos e contra protestos dos candidatos e dos seus representantes. O seu conjunto dá-nos os resultados oficiais das eleições. O que não significa que eles espelhem o que realmente se passou, já que as fraudes e falsificações não foram exclusivas das assembleias eleitorais, verificaram-se também nas próprias

comissões de verificação de poderes. Todavia, eram estas que proclamavam os deputados eleitos.

Teria sido muito importante identificar arquivos privados que retratassem os bastidores das eleições, com as negociações, os acordos e as fraudes. No entanto, não conseguimos encontrar para o Alentejo este tipo de arquivos, conforme já foram identificados para outras regiões (QUEIRÓS 2008: 115-116; BAIÕA 2015: 291-317). Recorreu-se, pois, à imprensa nacional e regional e às memórias para obter o máximo de informações sobre estes tópicos, de modo a cruzá-las com as fontes oficiais.

O contexto político

Após a revolução de 19 de outubro de 1921 os principais partidos republicanos (Partido Republicano Português – PRP; Partido Republicano Liberal – PRL; Partido Republicano de Reconstituição Nacional – PRRN) foram forçados pelas circunstâncias a fazer uma “frente única” para conseguir trazer o regime para um quadro de normalidade constitucional, afastando-o do clima revolucionário propiciado pelos “Outubristas”. Foi assinado um “Pacto” no dia 22 de novembro de 1921 (*O Mundo*, 23.11.1921: 1; *A Lucta*, 23.11.1921: 1; *O Regionalista*, 26.11.1921: 1; *Idem*, 4.12.1921: 1; SILVA 1996: 296-300), reforçado posteriormente com a aprovação de um “Programa de Realizações Imediatas” (*O Mundo*, 29.11.1921: 1; *A Lucta*, 29.11.1921: 1; LEAL 2008: 83-85).

O acordo contemplava também a distribuição proporcional dos lugares no Parlamento em função da “importância política de cada um dos três maiores partidos constitucionais” (SILVA 1947: 134), donde o PRP seria a força política vencedora, mas sem maioria absoluta, logo seguida do PRL e do PRRN (SILVA 1996: 115-117). Posteriormente também se chegou a acordo para a formação de um governo de concentração integrando elementos do PRRN, do PRL, do PRP e independentes, chefiado por Cunha Leal (LEAL 1967: 317-321), que preparou as novas eleições legislativas de janeiro de 1922 tendo em mente “entregar o Poder aos partidos” (Cunha Leal, *DCD*, 20.2.1922: 12).

O pacto entre as forças republicanas quebrou-se em muitos círculos aquando da preparação das listas eleitorais, pois não foi possível chegar a acordo na partilha dos lugares. Os liberais, os reconstituintes e os democráticos exigiam um número de deputados desproporcional e inexequível, instalando-se uma guerra entre as estruturas centrais e as estruturas locais dos partidos, dado que as primeiras queriam impor às segundas os seus candidatos (*O Alentejo*, 18.1.1922: 2; SILVA 1996: 297-299).

Em contrapartida, o presidente do ministério queria que o novo Parlamento

tivesse um novo equilíbrio de forças políticas que propiciasse um conjunto de reformas legislativas e constitucionais que permitisse dar estabilidade à República. Não queria entregar o poder de “mão beijada” novamente aos democráticos e procurou trazer para o Congresso novas personalidades, vindas das associações patronais, tentando regenerar a política e o regime, no sentido de formar um novo grupo político que contrabalançasse o poder dos democráticos e em menor grau dos liberais. Os homens próximos de Cunha Leal, denominados “Governamentais”, também tinham caras conhecidas da política nacional, autênticos profissionais da política caciquista, como Nuno Simões, que então desempenhava as funções de Ministro do Comércio (*Diário de Lisboa*, 18.1.1922: 8; *O Alentejo*, 20.1.1922: 2). O chefe do governo, Cunha Leal, confessou muitos anos depois que tinha recorrido ao clientelismo nestas eleições (LEAL 1967: 321-323). Pois para ganhar eleições não bastava ter boas ideias e bons candidatos, era necessário participar no jogo duro da “política dos amigos”, do “patrocinato” e da “engenharia eleitoral” (FARINHA 2003: 229-241; BAIÔA 2015: 291-307).

A campanha eleitoral continuava a ser financiada quase em exclusivo pela fortuna pessoal dos notáveis, o que afastava alguns potenciais candidatos da corrida eleitoral. O capitão-tenente da Armada, António Augusto Fernandes Rego, que foi senador do PRP na anterior legislatura, optou por não se candidatar desta vez, pois:

Para se ser legislador por tão curto prazo não vale a pena fazer-se uma despesa considerável com a eleição. Sim, porque embora não se paguem os votos, não há dúvida que os cumprimentos aos eleitores, a propaganda necessária, etc., tudo isso importa numa avultada soma, principalmente com o elevado custo dos transportes (*A Capital*, 13.1.1922: 1).

A “preparação” antecipada dos resultados eleitorais foi novamente uma prática generalizada, tendo os notáveis dos principais partidos consumado “pactos” em muitos círculos para não terem de ir para a luta eleitoral aberta e incerta. Assim, as práticas mais comuns eram o acordo pré-eleitoral com a combinação dos resultados finais das eleições em atas fraudulentas ou a “troca de votos”. Este último caso era também conhecido por “candidaturas certas”, isto é, o partido A não ia a votos no círculo 1 e “transferia” os seus votos para o partido B, em troca da integração de um seu correligionário na lista do partido B no círculo 2, ou em troca de outro qualquer favor. Havia ainda os independentes, ou falsos independentes, que angariavam apoios variados e por vezes contraditórios antes das eleições e que depois do ato eleitoral se juntavam ao partido vencedor (SILVA 1996: 298-303; FARINHA 2003: 229-241; MALTEZ 2004: 286-293).

Em cada círculo, ou mesmo em cada concelho, o arranjo das listas foi executado através de árduas negociações. O resultado final destas combinações políticas foi muito variado². O próprio presidente do governo, Cunha Leal, que estava a organizar uma “lista Governamental”, integrou a lista patrocinada pelo PRP em Chaves. O PRP, enquanto partido mais poderoso, entrava nas negociações em vantagem, só permitindo integrar elementos de outros partidos ou independentes nas suas listas em troca de eleições asseguradas noutros círculos.

As eleições foram preparadas num quadro de desordem, violência e instabilidade, dada a dificuldade em controlar a Marinha e a própria GNR, que em muitas situações apoiavam os seus camaradas “revolucionários do 19 de outubro”. Nos dias anteriores às eleições foram realizadas buscas, tendo sido apreendidas armas e bombas detidas por civis e por alguns membros da GNR e do Exército, que estavam a organizar revoltas. As eleições foram adiadas quatro vezes, tendo sido marcadas finalmente para o dia 29 de janeiro de 1922 (*Diário de Lisboa*, 26.1.1922: 5 e 8; FARINHA 2003: 229-241).

As candidaturas apresentadas no Alentejo

No Alentejo estas eleições foram, no geral, pouco disputadas, pois apresentaram-se poucas listas. Alguns indícios apontam ainda para um cenário de negociação entre os influentes eleitorais para o estabelecimento de “pactos”. Estes “acordos” entre os principais partidos republicanos pretendiam fazer uma prévia distribuição dos mandatos antes das eleições. Nos locais onde tal não era viável usavam-se as já tradicionais práticas caciquistas e clientelares que alguma imprensa não se cansava de denunciar:

As eleições são ainda o cacique, o habilidoso que o maneja ao sabor das suas aspirações políticas, a votação em bandos e no fim, a coroar-lhe a obra, a jantarada lauta oferecida pelo eleito, a pipa de vinho e a conseqüente embriagues, nesses dias grandes, permitida pela lei. [...] Em vez de propaganda, acordos. É muito mais simples (*Diário de Lisboa*, 24.1.1922: 1).

O PRP apresentou-se em todos os círculos a disputar as maiorias (dois candidatos), com exceção do círculo de Estremoz, onde apenas apresentou um candidato. Neste círculo apenas se apresentaram três candidatos (PRP, PRL e

² No concelho de Mogadouro fez-se um acordo eleitoral entre o PRL e o PRRN, “dando” os liberais cerca de 400 votos ao candidato a senador reconstituente. Já no Bombarral o PRL selou um acordo com o PRP através de uma coligação (*República*, 31.1.1922: 1-2).

PRRN), os que acabaram por ser eleitos. O PRL tentou ganhar as maiorias em Elvas e Beja e as minorias em Portalegre, Estremoz, Évora e Aljustrel. O PRRN apenas disputou as minorias em Évora, Estremoz e Aljustrel. Os monárquicos disputaram as maiorias em Portalegre³ e as minorias em Évora e Elvas. Os outros partidos não se apresentaram ao sufrágio no Alentejo, pelo que estas eleições realizaram-se num quadro pouco competitivo. O Centro Católico Português não concorreu no Alentejo, mas negociou acordos com José Pequito Rebelo e com outros notáveis de diferentes partidos, no sentido de estabelecerem acordos que defendessem os interesses dos católicos (LIMA 2012: 475-484).

A escolha dos candidatos pelos partidos propiciou novamente alguma tensão entre os órgãos centrais dos partidos e as comissões políticas locais. O directório do PRRN ofereceu a Alberto Jordão Marques da Costa, líder do PRRN em Évora, a candidatura a deputado pelo círculo de Santo Tirso, para assim poder candidatar por Évora um político próximo das altas esferas do partido. No entanto, as comissões políticas locais do PRRN reunidas em Évora mostraram o seu desagrado com esta solução e foram unânimes em manifestar o apoio à candidatura de Alberto Jordão Marques da Costa, pelo círculo de Évora, onde já tinha sido estabelecido previamente um acordo com o PRL⁴.

Em Beja as comissões políticas do PRL reuniram no final de novembro de 1921. Elegeram a nova comissão distrital e propuseram os nomes dos candidatos a deputados pelos círculos de Beja e Aljustrel: Jaime Palma Mira, Eugénio Rodrigues Aresta, Manuel de Brito Camacho e João Rodrigues da Costa Palma. Decidiram ainda que fosse Jaime Palma Mira que tivesse a última palavra na escolha dos nomes a propor (*O Bejense*, 24.11.1921: 2). Este político bejense acabou por não aceitar a candidatura por Beja, vindo a ser convidado Mariano de Melo Vieira⁵, antigo governador civil de Beja, mas sem ligações à região (*O Bejense*, 1.12.1921: 1).

Em Évora houve algumas divergências entre o directório do PRL e as comissões políticas locais quanto aos candidatos a apresentar: Domingos Cordeiro Rosado ou Alexandre Botelho de Vasconcelos e Sá. O primeiro acabou por ser o escolhido para participar numa lista conjunta, denominada coligação liberal-reconstituente, com o candidato Alberto Jordão Marques da Costa do PRRN (*Democracia do*

³ Severino de Santana Marques e José Adriano Pequito Rebelo apresentavam-se na imprensa conservadora como regionalistas, embora os órgãos de informação democráticos os classificassem de monárquicos e os acusassem de estarem apenas a ludibriar os eleitores, ao disfarçarem-se de regionalistas (*A Plebe*, 11.12.1921: 1).

⁴ Alberto Jordão escreveu ao Directório do PRRN nestes termos: “Em nome dos reconstituíntes de Évora, agradeço a candidatura por Santo Tirso que o Directório me ofereceu. Permita-me v. ex.^a lhe afirmar que prefiro não ir às Câmaras a representar outro círculo que não Évora. Iremos às urnas apresentando o meu nome imposto pelas comissões reconstituíntes de acordo com os liberais, esperando que o eleitorado fará justiça. Assim o exige a nossa dignidade individual e política. Alberto Jordão” (*Democracia do Sul*, 2.12.1921: 1).

⁵ O advogado Mariano de Melo Vieira foi governador civil de Beja entre 6 de junho e 17 de agosto de 1921, durante o governo liberal liderado por Tomé de Barros Queirós.

Sul, 2.12.1921: 1; *idem*, 23.1.1922: 2). No entanto, esta divergência viu-se materializada nas eleições. Alexandre Botelho de Vasconcelos e Sá, embora não fosse formalmente candidato, obteve 70 votos, levando o órgão reconstituente de Évora a concluir que Domingos Rosado “não foi vencido pelos adversários, foi torpedeado pelos amigos” (*Democracia do Sul*, 30.1.1922: 1-2). Já os democráticos atribuíram o desaire dos liberais ao facto de se terem coligado com os reconstituíntes, pois se tivessem ido sozinhos às eleições certamente teriam elegido um deputado (*O Democrático*, 28.12.1921: 2). Em Estremoz os liberais e os reconstituíntes surgiram com uma candidatura conjunta (Manuel de Sousa Câmara e Alberto Xavier). Os reconstituíntes apresentaram-se como um partido da ordem, da legalidade, do direito e da constituição, em oposição aos radicais constituídos pelos “outubristas, democráticos, populares e comunistas” (*O Lidador*, 23.1.1922: 2). Na opinião dos reconstituíntes alentejanos “democráticos e revolucionários de 19 d’Outubro são uma e a mesma coisa” (Firmino Martins, *Democracia do Sul*, 9.12.1921: 1).

Em Portalegre chegou-se a um acordo entre as forças republicanas no sentido de os democráticos disputarem as maiorias, com dois candidatos, e dos liberais competirem pelas minorias, com um candidato. A imprensa ainda divulgou a intensão dos reconstituíntes se apresentarem em Portalegre, mas acabaram por desistir para não dividirem as forças republicanas, ameaçadas naquele círculo por fortes candidatos monárquico-regionalistas: José Adriano Pequito Rebelo e Severino Santana Marques (*A Plebe*, 1.1.1922: 2; *idem*, 22.1.1922: 1; *idem*, 29.1.1922: 2). Estes políticos conservadores estabeleceram um acordo que teve o apoio dos católicos para disputarem as maiorias, indo numa lista conjunta. Porém, alguns apoiantes de Severino Santana Marques de Castelo de Vide recusaram-se a apoiar Pequito Rebelo, destacado membro do Integralismo Lusitano (IL), e prometeram dar o seu voto ao candidato do PRL, António Correia⁶.

Confrontado com este problema, Pequito Rebelo escreveu uma carta a Severino Santana Marques no dia 18 de janeiro desinteressando-se da sua candidatura, pelo que não ia fazer campanha eleitoral, embora continuasse a apoiar Severino Santana Marques (*O Distrito de Portalegre*, 22.1.1922: 2; *A Época*, 28.1.1922: 4). Pequito Rebelo escreveu ainda várias cartas para altas personalidades da hierarquia da Igreja e do Centro Católico Português (CCP), questionando um eventual apoio dos católicos aos liberais e negociando a ajuda dos integralistas à candidatura de Domingos Pulido Garcia⁷ a senador pelo CCP no círculo de

⁶ Carta do monsenhor Joaquim José da Silva para António Lino Neto datada em Portalegre em 7.1.1922. APALN, UCP – Cx. 22, mç. 3, doc. 6.

⁷ Amareleja (Moura), 16.10.1867 – Lisboa, 15.1.1947. Formou-se em Medicina na Universidade de Coimbra, exercendo a profissão em Moura e depois em Serpa. Foi um dos grandes dinamizadores da Associação dos Médicos Católicos.

Portalegre, “em troca justa”⁸ pelo amparo dos católicos à candidatura a deputado de Luís Carlos de Lima de Almeida Braga⁹ no círculo de Braga. Os melindres e ressentimentos entre católicos e monárquicos continuavam bem presentes nesta região, pois António Maria de Sousa Sardenha também se desinteressou da sua candidatura a deputado pelo círculo de Elvas, mas em carta avisou o Arcebispo de Évora, Manuel Mendes da Conceição Santos, que ia “hostilizar diretamente a [candidatura] do Dr. Pulido Garcia”¹⁰. Pequito Rebelo, seguindo a mesma orientação, informou o Arcebispo que o Integralismo tinha decidido “não votar no candidato Pulido Garcia”, pois discordavam da política seguida pelo CCP. Na sua opinião, a não inclusão de Luís de Almeida Braga na lista patrocinada pelos católicos em Braga prejudicava-os “como agrupamento”, e “terá como resultado ir ao Parlamento menos um defensor dos interesses da Igreja”¹¹.

Em Aljustrel os reconstituintes apresentaram João Pereira Bastos como candidato e recomendaram a votação em Manuel de Brito Camacho, Alto-Comissário de Moçambique, que tinha sido indicado pelo Partido Republicano Liberal. Formou-se assim uma lista liberal-reconstituente que se opunha à lista do PRP (*O Lidador*, 23.1.1922: 1; *idem*, 6.2.1922: 2).

Os liberais mostraram alguma insatisfação com o governo de Cunha Leal por não colocar o pessoal político do PRL em número adequado nos cargos de governador civil e administrador do concelho, tidos como lugares-chave para vencer um ato eleitoral. Em contrapartida, teria colocado nesses lugares vários democráticos e “governamentais”, querendo assim apresentar “candidaturas certas”, isto é, candidaturas com a eleição assegurada, à custa dos liberais (*O Bejense*, 8.1.1922: 1). Ainda assim, os “governamentais” manifestaram-se preocupados por a maioria das autoridades administrativas serem democráticas:

As candidaturas do governo estão desamparadas. A política deve girar nas mãos de políticos e não [...] nas mãos de amadores. O governo teve pouco tempo; quem trata das eleições desconhece a províncias, as forças eleitorais, etc., etc. Depois as autoridades administrativas são democráticas. Não-de fazer pressão. Não lhes levo a mal, estão no seu papel (Joaquim Ribeiro de Carvalho, *Diário de Lisboa*, 25.1.1922: 8).

⁸ Carta de José Pequito Rebelo para Domingos Pulido Garcia, [janeiro de 1922]. APALN, UCP – Cx. 22, mç. 3, doc. 8.

⁹ Braga, 20.11.1886 – Lisboa, 2.3.1970. Advogado, escritor e fundador do Integralismo Lusitano.

¹⁰ Carta de D. Manuel [Mendes da Conceição Santos], Arcebispo de Évora, para José Pequito Rebelo datada em Elvas em 24.1.1922. APALN, UCP – Cx. 22, mç. 3, doc. 8.

¹¹ Carta de José Pequito Rebelo para D. Manuel Mendes da Conceição Santos, Arcebispo de Évora, datada em 22.1.1922. APALN, UCP – Cx. 22, mç. 3, doc. 8.

A campanha eleitoral

A pouca competitividade que marcou estas eleições no Alentejo teve como consequência uma menor mobilização durante a campanha eleitoral. Todavia, realizaram-se diversas sessões públicas nos centros políticos e os candidatos percorreram as principais localidades para estabelecer contactos com os influentes locais e com os eleitores, prometendo vários favores coletivos e individuais. Os candidatos e os notáveis locais distribuíram as “listas” pelos seus apoiantes ou deixaram-nas em centros políticos e em estabelecimentos comerciais para aí serem recolhidas antes do ato eleitoral (*O Bejense*, 29.1.1922: 1; *O Porvir*, 28.1.1922: 1).

Alberto Xavier, candidato a deputado do PRRN por Estremoz, fez várias diligências e anunciou poucos dias antes das eleições que tinha conseguido um crédito de 200 contos, por intermédio do ministério das Finanças, para a conclusão da linha de caminho-de-ferro entre Évora e Reguengos de Monsaraz. O órgão reconstituente assegurou que este empenho não foi por motivos eleitoristas, pois Alberto Xavier já estava proclamado deputado¹², uma vez que apenas se apresentaram no prazo legal três candidatos no círculo de Estremoz (*Democracia do Sul*, 30.1.1922: 1-2; *idem*, 3.2.1922: 2). Ainda assim, o governador civil e os candidatos do PRP fizeram fixar um documento em vários lugares públicos de Reguengos de Monsaraz como tendo sido eles que conseguiram o referido empréstimo (*Democracia do Sul*, 1.2.1922: 2).

Os candidatos do PRP à Câmara dos Deputados e ao Senado pelo círculo de Évora, Jorge Barros Capinha, Duarte Clodomir Patten de Sá Viana e Joaquim Manuel dos Santos Garcia percorreram as principais vilas e cidades do distrito de Évora desde o início de dezembro de 1921 (*O Democrático*, 22.1.1922: 2). Uma destas festas/visitas, que pode servir de arquétipo, ocorreu em Arraiolos no dia 4 de dezembro de 1921. A manhã começou cedo com uma salva de morteiros e foguetes, seguido de cortejo cívico, no qual participaram os candidatos a deputado e senador por Évora, Jorge Barros Capinha e Joaquim Manuel dos Santos Garcia. À frente do grupo encontrava-se Cláudio Percheiro, membro do PRP, que representava o governador civil. Mais atrás encontravam-se os membros das comissões políticas locais do PRP, representantes da classe dos professores e outras entidades oficiais. O primeiro ato simbólico desta festa cívica em honra da República foi plantar uma oliveira, símbolo da paz, pelos alunos da escola.

¹² Alberto Xavier, candidato do PRRN por Estremoz, disse o seguinte dois dias antes das eleições: “No meu círculo as eleições estão feitas!... Não oferecem já surpresa. [...] Já estão feitas em face da desistência do sr. Francisco Gentil [governamental]” (*A Capital*, 27.1.1922: 1). Ficavam eleitos três deputados, sem necessidade de haver eleições: um do PRRN, um do PRP e um do PRL.

Esta cerimónia foi acompanhada por diversas músicas entoadas pela banda “13 de Outubro”. Posteriormente, as crianças entregaram um bodo a cerca de 100 pobres. A comitiva dirigiu-se ao salão nobre da Câmara Municipal onde os convidados discursaram, sendo todos muito aplaudidos “pelo povo que enchia o salão e corredores da Câmara”, pois os mesmos demonstraram uma grande “fé republicana e patriótica”. Jorge Capinha centrou-se na “apologia da ordem e da disciplina como bases essenciais para o progresso da Pátria”, numa crítica aos “atentados do 19 de Outubro” (*O Democrático*, 28.12.1921: 2), tentando desta forma afastar o anátema lançado pelos reconstituintes de Évora que os acusavam de serem os responsáveis morais dos aviltantes acontecimentos.

No dia 25 de janeiro os mesmos candidatos do PRP discursaram no teatro de Montemor-o-Novo, onde apresentaram o seu programa eleitoral numa sala cheia de apoiantes. Nesse dia hospedaram-se em casa de Jaime Lopes Brejo, presidente da Câmara Municipal e chefe do PRP local. Dois dias depois houve uma reunião no Centro Democrático de Évora onde foram apresentados os candidatos do PRP (*O Democrático*, 5.2.1922: 2) e onde foi exposto o programa eleitoral dos parlamentares democráticos que passava pelo equilíbrio das contas públicas, moralização da administração pública e atenção aos interesses regionais¹³.

No dia 28 de dezembro de 1921 realizou-se uma sessão de propaganda eleitoral no salão do Teatro Portalegrense para apresentar os candidatos do PRP, tendo discursado Catanho de Menezes e Baltazar Teixeira, onde apresentaram em linhas gerais as teses defendidas pelo PRP para o país e para o Alentejo (*A Plebe*, 1.1.1922: 1).

Acordos, favores, irregularidades e fraudes

Os candidatos monárquicos e conservadores ainda sentiam muitas dificuldades na realização de ações de campanha eleitoral com visibilidade, pois temiam atos violentos por parte das forças republicanas radicais. Por isso, limitavam-se

¹³ Programa dos parlamentares do PRP aos círculos de Évora e Estremoz:

“- Moralidade na Administração do Estado; simplificação nos serviços públicos e compressão da respetiva despesa.

- Criação de receitas, equilíbrio orçamental e restabelecimento do crédito nacional.

- Aproveitamento das riquezas nacionais; intensificação do trabalho nacional – aumento da produção e de exportação.

- Melhoria cambial; restauração do valor do escudo.

Eis os problemas basilares cuja solução os deputados e senadores do P.R.P. se propõem, de uma maneira geral, obter – sem descurem, contudo, os interesses regionalistas deste distrito e da província alentejana. Vota, pois, nos candidatos do P.R.P.” (*O Democrático*, 22.1.1922: 1).

a divulgar os seus ideais nos jornais afetos à sua causa¹⁴ e a contactar os notáveis locais. Em Nisa, só 48 horas antes das eleições é que os candidatos conservadores reuniram com os seus apoiantes para assegurar que pelo menos estivesse algum representante seu junto da mesa eleitoral para impedir a existência de fraudes (*O Distrito de Portalegre*, 5.2.1921: 1).

O presidente do Ministério, Cunha Leal, defendeu publicamente que as eleições iriam ser realizadas com inteira transparência e liberdade:

As eleições vão realizar-se, repito, mas como nunca se efectuaram. Quero, exijo, as eleições livres, absolutamente livres, sem que o governo exerça a mais insignificante pressão [...]. É necessário que o povo português vote, em quem quiser, liberrimamente. Nesse sentido vou mandar circulares a todos os governadores civis e administradores do concelho, para que cumpram as minhas ordens (*A Época*, 15.1.1922: 1).

Sendo necessário avisar os delegados do governo para cumprirem a legalidade, não é de estranhar que estas eleições ficassem marcadas, mais uma vez, por inúmeros casos de violência, manipulação e fraude (VIEIRA 2019: 31-42), muitas vezes toleradas e algumas vezes organizadas pelas autoridades administrativas e policiais e por pactos ilegais entre vários partidos (*A Época*, 2.2.1922: 4).

Nalgumas assembleias eleitorais do círculo de Évora, como Escoural, Cabeção, Arraiolos, Vimieiro e Alandroal, a paridade das votações entre os vários candidatos indicia um acordo entre todos os partidos (SILVA 1996: 69). Havia uma preferência por acordos e pactos, em vez da competição livre e incerta.

Os caciques continuavam muito ativos em todo o país, fazendo favores individuais e coletivos para atingirem os seus objetivos, factos relatados em inúmeras crónicas na imprensa:

É preciso fazer favores pessoais, clínica gratuita, advocacia gratuita, e, sobretudo, a procuradoria política no Terreiro do Paço e nas repartições do Estado, a fim de obter nomeações, transferências de funcionários, anulações de multas e das obrigações militares, e, raramente, algum benefício local coletivo (João de Deus Ramos, *Diário de Lisboa*, 9.1.1922: 4).

O órgão democrático de Beja, *O Porvir*, denunciou José Francisco de Mira, dirigente do Partido Republicano Liberal, por oferecer terras para semear em

¹⁴ *O Distrito de Portalegre* (25.12.1921: 1) apoiava os candidatos conservadores e amedrontava os eleitores com o perigo de serem eleitos os candidatos dos partidos republicanos, “pois todos os impostos iriam aumentar consideravelmente”.

troca de votos. Em Beringel os democráticos relataram ainda vários subornos praticados por liberais e reconstituintes para obter votos (*O Porvir*, 4.2.1922: 1).

Já os reconstituintes denunciaram que numa assembleia eleitoral de Évora apareceram alguns indivíduos de uma aldeia que votaram em nome de outros eleitores, a mando de um candidato do Partido Democrático e a troco de várias promessas, eram os chamados “eleitores substitutos” (*Democracia do Sul*, 30.1.1922: 1).

As eleições realizaram-se com alguma indiferença por parte da população, não se constituindo mesas nalgumas assembleias eleitorais, nomeadamente em Campo Maior, Vidigueira, S. Martinho das Amoreiras, Viana do Alentejo, Portel, Vera Cruz, Aldeia Nova de S. Bento e Pias. Algumas querelas internas dos partidos também levaram a um desinteresse por parte dos eleitores. Os liberais de Almodôvar, Castro Verde, Pias e Amareleja optaram pela abstenção eleitoral devido a questões internas, que contribuíram para que não se tivessem apresentado como candidatos os médicos bejenses Jaime Palma Mira e João Rodrigues da Costa Palma, o que prejudicou bastante os candidatos liberais (*O Bejense*, 5.2.1922: 1; PIÇARRA 2010: 74).

Na assembleia do Salvador, em Beja, o governador civil, tenente Matos, enviou a polícia para afastar alguns votantes que estavam junto da mesa eleitoral, impedindo que os eleitores exercessem livremente o direito ao voto. João Marcelino, diretor d’ *O Bejense*, não obedeceu, invocando o direito de aí permanecer. Acabou por ser preso, o que levantou muitos protestos de vários eleitores, pelo que foi necessário enviar uma força policial para o local das votações (*A Época*, 30.1.1920: 4; *O Porvir*, 4.2.1922: 1; *O Bejense*, 5.2.1922: 1).

Uma irregularidade recorrente ocorria durante a contagem dos votos. Os membros das mesas e das assembleias de apuramento podiam de forma arbitrária, contar ou não, as listas que continham nomes incompletos dos candidatos. Os reconstituintes denunciaram que numa assembleia de Évora encontrou-se uma lista com o nome incompleto de Alberto Jordão Marques da Costa, mas não foi validado o voto pelos delegados democráticos. Porém, noutra assembleia da cidade foi sancionado o nome incompleto do candidato democrático Manuel Fragoço (*Democracia do Sul*, 30.1.1922: 1).

As comissões de verificação de poderes eram palco de outras discricionariedades clássicas. Artur Virgílio de Brito Carvalho da Silva, deputado monárquico, acusou as comissões de verificação de poderes de facciosismo, uma vez que devido a um acordo político, eram apenas constituídas por membros do PRP e do PRL, pelo que prejudicavam os candidatos dos outros partidos.

Nesse sentido fez o seguinte apelo: “É preciso evitar que sejam proclamados Deputados, criaturas que nem um voto tiveram [...], ficando de fora pessoas que obtiveram milhares de votos” (*DCD*, 2.3.1922: 8). A imprensa conservadora denunciou esta situação, uma vez que “os eleitos são juiz e parte nos processos que lhe dizem respeito” (*Nemo, A Época*, 6.2.1922: 1). De facto, em cada uma das três comissões de verificação de poderes constituídas em 1922 foram eleitos três membros do PRP e dois membros do PRL. Os reconstituintes, os católicos, os monárquicos e os independentes ficaram afastados destas importantes comissões (*DCD*, 15.2.1922: 9).

No círculo de Portalegre o candidato monárquico-regionalista Severino de Santana Marques não foi proclamado deputado pela comissão de verificação de poderes por alegadas irregularidades processuais da sua candidatura, embora tivesse tido mais votos que o candidato do PRL, António Correia, que acabou por ser eleito. Situação idêntica ocorreu no círculo de Elvas. Na assembleia de apuramento realizada no dia 5 de fevereiro foi atribuído ao candidato monárquico, Rui de Andrade, 863 votos, pelo que estaria eleito. Nesta reunião os candidatos apresentaram vários protestos por terem identificado várias irregularidades nas eleições. A comissão de verificação de poderes acabou por invalidar a eleição de Rui de Andrade, invocando questões relacionadas com deformidades na sua candidatura. António Sardinha também teve a mesma sorte, tendo a sua eleição sido invalidada pela comissão de verificação de poderes (*A Plebe*, 12.2.1922: 1; *O Districto de Portalegre*, 19.2.1922: 1; *idem*, 26.2.1922: 1; *A Época*, 23.2.1922: 4). Esta situação foi muito contestada pelos monárquicos que acusaram a segunda comissão de verificação de poderes de parcialidade nas suas decisões e incoerência face ao que tinha decidido a primeira comissão em situações idênticas (*DCD*, 20.2.1922: 5-8). Segundo *A Época* (18.2.1922: 4), os “democráticos e os liberais da comissão de verificação de poderes decidiram que os monárquicos apenas teriam quatro representantes, por isso torpedearam os monárquicos eleitos na província”. Sobre este assunto, Cunha Leal, o chefe do governo que presidiu às eleições, pareceu dar razão aos monárquicos ao afirmar que “o regime se prestigia mais, não impedindo a entrada de deputados monárquicos no Parlamento, do que impedindo-a” (*DCD*, 20.2.1922: 7).

Em Estremoz, o candidato governamental Serrão Machado apresentou a sua candidatura fora de prazo, pelo que apenas se apresentaram três candidatos para os três lugares em disputa. Portanto, tendo em conta a lei eleitoral, foram proclamados os três deputados, sem realização do ato eleitoral. Ainda assim, em algumas mesas houve votações, mas os resultados não foram validados (*A Época*, 30.1.1922: 4; *idem*, 4.1.1922: 2; *O Lidador*, 6.2.1922: 2; *O Porvir*, 4.2.1922: 1; *O Democrático*, 5.2.1922: 2; *Democracia do Sul*, 3.2.1922: 2).

Os resultados finais das eleições

A nível nacional o PRP voltou a vencer as eleições, mas sem maioria absoluta (71 deputados – 44,6%). O PRL foi a segunda força mais votada, obtendo 33 deputados, seguido do PRRN com 17 deputados. Os monárquicos e os “Governamentais” de Cunha Leal, também conhecidos por “Grupo de Independentes” (DCD, 23.2.1922: 4), conseguiram ambos 13 deputados. O PRP, mesmo sem maioria absoluta, conseguiu formar um governo monocolor, liderado por António Maria da Silva, através do apoio inicial do PRL, do PRRN e do amparo dos católicos (cinco deputados), dos regionalistas (dois deputados) e de alguns independentes (cinco deputados), que o próprio PRP tinha ajudado nalguns casos a eleger (MARQUES 1980: 128). Alguns “governamentais” também foram engrossando as hostes dos democráticos, pelo que o grupo de Cunha Leal ficou reduzido a meia dúzia de deputados passado algumas semanas (LEAL 1967: 351-352). Após as eleições Cunha Leal reconheceu a sua incapacidade para conseguir eleger um grupo parlamentar forte:

Foi pretensão minha levar ao Parlamento alguns homens que, pelo seu nome e conhecimentos, se tornavam necessários no seio da representação nacional. Não lhes perguntei se eram meus correligionários, porque eu não tenho correligionários, sou um valor isolado – perguntei-lhes apenas se eram republicanos! Pois bem, os candidatos do governo foram fuzilados por esse país fora e disseram que eu não sei fazer eleições. É verdade! Não sei fazer eleições, não sei comprar votos, não sei subornar influências (*Diário de Lisboa*, 6.2.1922: 4).

No Alentejo o PRP conseguiu uma vitória contundente, conquistando 61,1% dos lugares, quando a nível nacional apenas conseguiu 44,6%. Obteve as maiorias em todos os círculos, com a exceção de Estremoz, onde apenas elegeu um deputado. Nesse círculo foram eleitos os três candidatos que participaram nas eleições, representando o PRP, o PRL e o PRRN. O PRL conseguiu ganhar as minorias, elegendo um deputado em todos os círculos, com a exceção de Évora. O PRRN elegeu dois deputados ao ganhar as minorias nos círculos de Évora e Estremoz. Os restantes partidos não elegeram nenhum deputado. O Partido Monárquico viu gorada a possibilidade de eleger deputados nos círculos de Portalegre e Elvas pela ação da comissão de verificação de poderes. Donde, a representação do Alentejo na Câmara dos Deputados ficou inteiramente republicana e de maioria democrática.

Quadro 1. As eleições legislativas de 1922
(distribuição partidária a nível nacional e no Alentejo)

Candidatos / Partidos	Nacional*		Alentejo**		Alentejo*** (nova proposta)	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Partido Republicano Português (PRP)	71	44,6	10	55,6	11	61,1
Partido Republicano Liberal (PRL)	33	20,8	3	16,7	5	27,8
Partido Republicano de Reconstituição Nacional (PRRN)	17	10,7	2	11,1	2	11,1
Causa Monárquica / Partido Monárquico (PM)	13	8,2	2	11,1	-	-
Governmentais (Gov.)	13	8,2	1	5,5	-	-
Independentes (Ind.)	5	3,1	-	-	-	-
Centro Católico Português / Católicos (CCP)	5	3,1	-	-	-	-
Regionalistas (Reg.)	2	1,3	-	-	-	-
Total	159	100	18	100	18	100

Fontes:

* MARQUES 1980: 128; LOPES, 1994: 33.

** MARQUES 1978: 624 e 639.

*** AHP, secção IX, cx. 384 a 388.

Conclusão

As eleições legislativas de 1922 ficaram marcadas por uma fraca competitividade, fruto de um acordo pré-eleitoral estabelecido entre os principais partidos republicanos. Todavia, este “pacto” quebrou-se em alguns círculos, fomentando aí uma maior luta eleitoral.

No Alentejo também houve uma fraca disputa eleitoral, o que conduziu a uma débil mobilização durante a campanha eleitoral. No entanto, os jornais afetos aos partidos tentaram arregimentar os seus apoiantes e os candidatos percorreram as principais localidades para estabelecer contactos com os caciques locais e realizaram-se diversas sessões públicas. Nestes comícios pouco se falou sobre os problemas desta região e sobre as propostas dos partidos para o seu desenvolvimento. Contudo, os candidatos prometeram alguns favores coletivos e capacidade de influência no Terreiro do Paço, e a nível privado, prometeram favores individuais aos eleitores, tentando assegurar o seu voto.

Em alguns círculos eleitorais do Alentejo surgiram indícios de irregula-

ridades, fraudes e acordos pré-eleitorais, com uma combinação prévia dos resultados finais das eleições através de uma árdua “engenharia eleitoral”. O Partido Republicano Português conseguiu estabelecer acordos com o Partido Republicano Liberal e com o Partido Republicano de Reconstituição Nacional, no sentido de estes partidos se contentarem com a divisão dos deputados das minorias, tendo em atenção o peso de cada partido e a sua implantação regional. Contudo, nos círculos eleitorais de Portalegre e Elvas houve uma maior competição, com a intromissão de fortes candidatos dos sectores conservadores não republicanos. No entanto, estes políticos estavam muito limitados nas suas atividades, não podendo desenvolver uma campanha eleitoral com toda a liberdade, uma vez que as pressões, as ameaças e a violência ainda permaneciam bem presentes. Ainda que os candidatos monárquicos tivessem um número de votos suficiente para serem eleitos em Portalegre e Elvas, a ação das comissões de verificação de poderes inviabilizou a sua eleição e proclamou os deputados do Partido Republicano Liberal e do Partido Republicano Português.

Será que o voto expresso nas atas refletiu a vontade individual da pequena elite masculina alfabetizada que tinha direito ao sufrágio? Nalgumas assembleias eleitorais certamente. No entanto, muitas atas eleitorais apenas traduzem os acordos desonestos estabelecidos entre os dirigentes políticos nacionais e entre os caciques regionais. Os dados disponíveis não permitem saber com rigor o grau de ilegitimidade, a cartografia e o tipo de fraudes estabelecidos nestas eleições. A identificação de arquivos privados poderá ajudar no futuro a obter informações mais ricas e seguras sobre toda esta problemática.

O PRP recuperou o controlo da Câmara dos Deputados ao vencer as eleições legislativas de 1922, embora sem maioria absoluta, fruto do acordo estabelecido entre os principais partidos republicanos. No Alentejo a sua vitória foi mais robusta, deixando apenas as minorias para os liberais e para os reconstituintes. O PRP tinha nesta região uma vasta rede de influentes, comissões políticas, centros e jornais, mas foi o controlo do aparelho do estado que se mostrou decisivo para cimentar a sua vitória.

Anexos. Eleições legislativas de 1922

Quadro 2. Círculo N.º 32 – Portalegre

Número de votantes: 3136			
Candidatos	Listas	Votos	Eleito/ Não Eleito
João José da Conceição Camoesas ¹	PRP	1439	Eleito
Baltasar de Almeida Teixeira ²	PRP	1426	Eleito
Severino de Santana Marques ³	Reg. / PM	1215	Não Eleito
António Correia ⁴	PRL	947	Eleito
José Adriano Pequito Rebelo ⁵	Reg. / PM / IL	845	Não Eleito
Mais 2 nomes com menos de 3 votos			

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 384; DCD, 20.2.1922: 5-8; *O Distrito de Portalegre*, 19.2.1922: 1; *idem*, 26.2.1922: 2.

Quadro 3. Círculo N.º 33 – Elvas

Número de votantes: 1815			
Candidatos	Listas	Votos	Eleito/ Não Eleito
Amaro Garcia Loureiro ⁶	PRL	863	Eleito
Plínio Octávio de Santana e Silva ⁷	PRP	747	Eleito
António Maria de Sousa Sardenha ⁸	Ind. / PM / IL	733	Não Eleito
António Pais da Silva Marques ⁹	PRP	726	Eleito
Rui de Andrade ¹⁰	PM	563	Não Eleito
José Pais de Vasconcelos Abranches ¹¹	PRL	561	Não Eleito
Luís Maria da Gama Ochoa ¹²	?	27	Não Eleito

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 385A; *A Plebe*, 12.2.1922, 1; *A Época*, 23.2.1922, 4; *O Distrito de Portalegre*, 26.2.1922, 2.

¹ Médico (Elvas, 13/3/1887 – New Bedford, EUA, 12/11/1951).

² Advogado e professor (Leiria, 12/12/1871 – Lisboa, 17/7/1975).

³ Médico e lavrador (Alvega, Abrantes, 27/9/1873 – Alvega, Abrantes, 28/5/1949).

⁴ Advogado e proprietário (Abrantes, 8/11/1891 – ?, 1964).

⁵ Proprietário. Licenciado em Direito (Gavião, 21/5/1892 – Lisboa, 22/1/1983).

⁶ Oficial do Exército (Ponta Delgada, 8/5/1892 – ?).

⁷ Oficial do Exército (Elvas, 26/8/1890 – Lisboa, 7/6/1948).

⁸ Advogado e professor (Monforte, 9/9/1887 – Elvas, 10/1/1925).

⁹ Proprietário (Ervedal, Avis, 23/12/1876 - ?, 1950).

¹⁰ Proprietário, doutorado em ciências agronómicas pela Universidade de Paris (Génova, 1/6/1880 – Lisboa, 20/12/1967).

¹¹ Proprietário, bacharel em Direito (Lisboa, 12/6/1865 – Lisboa, 6/5/1942).

¹² Oficial do Exército (Bichalim, Índia Portuguesa, ? – Lisboa, 1941).

Quadro 4. Círculo N.º 34 – Évora

Número de votantes: 2444			
Candidatos	Listas	Votos	Eleito/ Não Eleito
Manuel Eduardo da Costa Fragoso ¹³	PRP	1183	Eleito
Jorge Barros Capinha ¹⁴	PRP	1151	Eleito
Alberto Jordão Marques da Costa ¹⁵	PRRN	906	Eleito
Domingos Victor Cordeiro Rosado ¹⁶	PRL	703	Não Eleito
Alfredo Augusto Cunhal Júnior ¹⁷	PM	470	Não Eleito
Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá ¹⁸	PRL	70	Não Eleito

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 386.

Quadro 5. Círculo N.º 35 – Estremoz

Número de votantes: ?			
Candidatos	Listas	Votos	Eleito/ Não Eleito
Manuel Sousa da Câmara ¹⁹	PRL		Eleito
Sebastião de Herédia ²⁰	PRP		Eleito
António Maria Eurico Alberto Fiel Xavier ²¹	PRRN		Eleito

Fontes: DCD, 20.2.1922: 5; *O Democrático*, 5.2.1922: 2.

¹³ Escrivão de Direito (Montemor-o-Novo, 8/5/1886 – Lisboa, 1983).

¹⁴ Médico (Loulé, 1/12/1890 – Évora, 11/8/1941).

¹⁵ Professor do liceu e advogado (Cuba, 8/1/1884 – Évora, 2/10/1980).

¹⁶ Advogado e professor (Redondo, 24/10/1889 – Évora, 13/2/1956).

¹⁷ Advogado e proprietário (Coruche, 27/1/1877 – Montemor-o-Novo, 23/10/1937).

¹⁸ Médico da Marinha (Porto, 28/11/1872 – Oeiras, 1/10/1929).

¹⁹ Professor no Instituto de Agronomia e Veterinária (Vila Viçosa, 18/11/1871 – Lisboa, 23/4/1955).

²⁰ Sebastião Sancho Gil de Borgia Macedo Meneses Correia Herédia (Porto, 7/5/1876 – Lisboa, 5/2/1958). Industrial e proprietário. Era filho do Visconde da Ribeira Brava, Francisco Correia de Herédia, 1852-1918 (GOMES 2014: 371).

²¹ Advogado e jornalista. Foi secretário-geral do Ministério das Finanças e Director-Geral da Fazenda Pública (Nova Goa, 24/4/1881 – Lisboa, 15/7/1975).

Quadro 6. Círculo N.º 36 – Beja

Número de votantes: 2314			
Candidatos	Listas	Votos	Eleito/ Não Eleito
Paulo Limpo de Lacerda ²²	PRP	1214	Eleito
Eugénio Rodrigues Aresta ²³	PRL	1176	Eleito
Pedro Januário do Vale Sá Pereira ²⁴	PRP	1165	Eleito
Mariano de Melo Vieira ²⁵	PRL	1075	Não Eleito

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 387.

Quadro 7. Círculo N.º 37 – Aljustrel

Número de votantes: ?			
Candidatos	Listas	Votos	Eleito/ Não Eleito
José Joaquim Gomes de Vilhena ²⁶	PRP	688	Eleito
Manuel de Brito Camacho ²⁷	PRL	628	Eleito
João Pereira Bastos ²⁸	PRRN	582	Eleito pelo círculo de Moncorvo
Mariano Martins ²⁹	PRP	559	Eleito

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 388.

²² Advogado e proprietário (Moura, 5/11/1881 – Moura, 17/1/1960).

²³ Oficial do exército (Moura, 23/5/1891 – Porto, 24/8/1956).

²⁴ Funcionário Público (Lisboa, 18/1/1877 – Lisboa, 13/10/1930).

²⁵ Advogado (Lisboa, 9/1/1885 – Lisboa, 10/3/1951).

²⁶ Proprietário (Ferreira do Alentejo, 15/4/1876 – ?, 31/8/1931).

²⁷ Médico e jornalista (Rio de Moinhos, Aljustrel, 12/2/1882 – Lisboa, 19/9/1934).

²⁸ Oficial do Exército (Lisboa, 29/1/1865 – Lisboa, 3/8/1851).

²⁹ Oficial da Marinha (Aljustrel, 8/12/1880 – Lisboa, 22/5/1943).

³⁰ A eleição de Mariano Martins foi validada pela primeira comissão de verificação de poderes uma vez que João Pereira Bastos foi eleito deputado pelo círculo de Moncorvo (DCD, 20.2.1922: 3; idem, 23.2.1922: 3)

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico Parlamentar (AHP) – Secção IX, cx. 384 a cx. 388.
Arquivo Professor António Lino Neto, Universidade Católica Portuguesa (APALN, UCP):
Cx. 22, mç. 3, doc. 6 (PT-UCP/CEHR/AALN/E/C/01/356).
Cx. 22, mç. 3, doc. 8 (PT-UCP/CEHR/AALN/E/C/01/358).

Fontes impressas

LEAL, Cunha (1967). *As minhas memórias*, vol. II. Edição do autor.
SILVA, António Maria da (1947). in AA.VV., *In Memoriam. Álvaro de Castro. Homenagem de admiradores, de amigos e de correligionários*. Lisboa, 133-135.

Publicações periódicas

Alentejo (O), Évora, 1921-1922.
Bejense (O), Beja, 1921-1922.
Capital (A), Lisboa, 1921-1922.
Democracia do Sul, Évora, 1921-1922.
Democrático (O), Évora, 1921-1922.
Distrito de Portalegre (O), Portalegre, 1921-1922.
Diário da Câmara dos Deputados (DCD), Lisboa, 1921-1922.
Diário de Lisboa, 1921-1922.
Diário do Governo (DG), Lisboa, 1921-1922.
Época (A), Lisboa, 1921-1922.
Lidador (O), Beja, 1921-1922.
Lucta, (A), Lisboa, 1921-1922.
Mundo (O), Lisboa, 1921-1922.
Plebe (A), Portalegre, 1921-1922.
Porvir (O), Beja, 1921-1922.
República, Lisboa, 1922.

Bibliografia

- ALMEIDA, Maria Antónia F. Pires de (1997). *Família e Poder no Alentejo (Elites de Avis – 1886-1941)*. Lisboa: Colibri.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de (Organização e introdução de) (1998). *Legislação eleitoral portuguesa: 1820-1926*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de (2014). “Lei Eleitoral”, in Maria Fernanda Rollo, (coord. geral), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. II. Lisboa: Assembleia da República, 642-646.
- BAIÔA, Manuel (1997). “Elites políticas locais face ao «28 de Maio»». O caso de Portalegre”. *IBN MÁRWAM*, 7, 205-217.
- BAIÔA, Manuel (2000). *Elites Políticas em Évora da I República à Ditadura Militar (1925-1926)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- BAIÔA, Manuel (2015). *O Partido Republicano Nacionalista 1923-1935. «Uma República para Todos os Portugueses»*. Lisboa: ICS-Imprensa de Ciências Sociais.
- BAIÔA, Manuel (2020). “As eleições legislativas de 1925 no Alentejo”. *Polis*, 2, II série, 9-29.
- BAIÔA, Manuel (2021). “As eleições legislativas de 1921 no Alentejo”. *História. Revista da FLUP*, 11, IV série, 173-201.
- BERNARDO, Maria Ana Rodrigues (2013). *Sociedade e Elites no Concelho de Évora. Permanência e Mudança (1890-1930)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e FCT.
- CRUZ, Maria Antonieta (2007). “Eleições no Porto e em Gondomar: Da Monarquia para a República”. *História. Revista da Faculdade de Letras*, 8, 459-479.
- FARINHA, Luís (2003). *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*. Tese de Doutoramento. Lisboa: FCSH-UNL.
- FAUSTINO, Carla Sofia Ângelo (1997). *A Elite Política de Arraiolos, 1890-1918*. Tese de Mestrado. Lisboa: ISCTE.
- GOMES, Nulita Raquel Freitas de Andrade Carvalho (2014). *O Visconde da Ribeira Brava na 1.ª República Madeirense*. Tese de Mestrado. Funchal: Universidade da Madeira.
- LEAL, Ernesto Castro (2008). *Partidos e Programas. O Campo Partidário Republicano Português (1910-1926)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- LIMA, Luís (2012). *Catálogo do Arquivo Professor Lino Neto*. Lisboa: Centro de estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

- LOPES, Fernando Farello (1994). *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.
- LOPES, Fernando Farello (2011). “Direito de voto, regime de escrutínio e “eleições feitas” na I República Portuguesa”, in André Freire (coord.), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português*. Lisboa: Edições Colibri, 101-123.
- LOPES, Fernando Farello (2013). “Eleições”, in Maria Fernanda Rollo (coord. geral), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I. Lisboa: Assembleia da República, 1092-1099.
- MALTEZ, José Adelino (2004). *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do século XIX ao XXI*, vol. II. Lisboa: Tribuna da História.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1978). *História da 1.ª República Portuguesa: As Estruturas de Base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1980). *A Primeira República Portuguesa (Alguns aspectos estruturais)*, 3.ª ed.. Lisboa: Livros Horizonte.
- MATOS, Ana Cardoso de; BERNARDO, Maria Ana Bernardo; RODRIGUES, Paulo Simões (2010). *Évora. Roteiros Republicanos*. Matosinhos: Quidnovi.
- MENEZES, Luís Manuel (1992). *As eleições legislativas de 1921 e 1925 no arquipélago dos Açores*. s.l.: Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- PEREIRA, Miriam Halpern (2014). “A 1ª República e o sufrágio em Portugal: o debate de 1911 em perspectiva diacrónica”. *Historia Constitucional*, 15, 509-527.
- PIÇARRA, Constantino (2010). *Beja republicana: 1910-1926*. Loulé: 100 Luz.
- PIÇARRA, Constantino; MATEUS, Rui (2010). *Beja. Roteiros Republicanos*. Matosinhos: Quidnovi.
- PIÇARRA, Constantino; PINTO, Ana Catarina (2010). *A Primeira República no Baixo Alentejo*. Almodôvar: Câmara Municipal.
- QUEIRÓS, António José (2003). “As eleições legislativas de 1925 no concelho de Amarante”. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, 2, 95-105.
- QUEIRÓS, António José (2008). *A Esquerda Democrática e o Final da Primeira República*. Lisboa: Livros Horizonte.
- QUEIROZ, António José (2010). “As eleições legislativas de 1925”. *História. Revista da Faculdade de Letras*, 11, 63-94.
- QUEIROZ, António José (2015). “As eleições legislativas em Vila Nova de Famalicão”. *Boletim Cultural*, 8/9, 121-137.
- SEQUEIRA, Carla (2014). *Antão Fernandes de Carvalho e a República no Douro*. Porto: CHCEM.
- SERRA, João B. (1987). “Elites locais e competição eleitoral em 1911”. *Análise Social*, 95, 59-95.

- SILVA, Armando Malheiro da (2006). *Sidónio e Sidonismo*, 2 vol.. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- SILVA, João Manuel Gonçalves da (1996). *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*. Tese de Mestrado. Lisboa: ICS.
- VENTURA, António (2010). *Portalegre. Roteiros Republicanos*. Matosinhos: Quidnovi.
- VIEIRA, Duarte Pedro Cação (2019). *Burguesia às Urnas? O Voto na 1.ª República (As Eleições de 1922)*. Tese de Mestrado. Lisboa: ISCTE-IUL.

